Os potenciais impactos do fenômeno El Niño 2026-2027 sobre o mundo do trabalho na América Latina e o Caribe

Impactos potenciales del fenómeno de El Niño 2026-2027 en el mundo del trabajo en América Latina y el Caribe

The potential impacts of the 2026–2027 El Niño phenomenon on the world of work in Latin America and the Caribbean

Frederico Peres

Resumo: A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou, em 27 de julho último, o relatório (*policy brief*) "El Niño 2026–2027 e o mundo do trabalho na América Latina e no Caribe: uma cadeia causal do clima ao emprego e para as instituições trabalhistas". O documento oferece uma estrutura importante para entender por que as consequências do El Niño não devem ser interpretadas apenas como fenômenos meteorológicos ou ambientais, e sim como ameaças sistêmicas, que podem gerar impactos para o equilíbrio e a sustentabilidade dos sistemas ecológicos, das atividades produtivas e dos mercados de trabalho, comprometendo orçamentos familiares, fragilizando instituições trabalhistas e diminuindo a capacidade de governos em garantir direitos básicos às trabalhadoras e trabalhadores da região. A principal mensagem destacada no relatório é que o El Niño deve ser considerado um elemento multiplicador de riscos, capaz de aprofundar e criar associações sinérgicas entre distintas crises em curso — social, política, econômica, climática etc. —, cujos efeitos não serão distribuídos uniformemente entre países, territórios, setores produtivos ou grupos da população. pelo contrário: seus impactos serão determinados pela relação entre as injustiças climáticas, econômicas e sociais já existentes, afetando de maneira desproporcional os grupos mais vulnerabilizados da população. Trabalhadores em empregos informais, rurais e que desenvolvem suas atividades ao ar livre, provavelmente, estarão entre os mais afetados, enquanto a agricultura, a pesca, a energia, a construção, o transporte, a logística e o turismo são setores particularmente sensíveis. A estrutura analítica proposta pela OIT permite compreender que o fenômeno El Niño previsto para 2026-2027 tem enorme potencial de aprofundar contextos de extrema vulnerabilidade vivenciados por diferentes grupos da população latino-americana e caribenha que, não raro, são aqueles historicamente deixados à margem dos projetos de desenvolvimento socioeconômico em nossa região. E que, nessa perspectiva, configura-se como uma oportunidade para fortalecer a arquitetura institucional que conecta políticas climática, de promoção do trabalho decente, de saúde do trabalhador, para a proteção social, o diálogo social e, por fim, o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: El Niño; Trabalho Decente; Mudanças Climáticas; América Latina e o Caribe; Mundo do Trabalho.

Resumen: *El 27 de julio, la Organización Internacional del Trabajo (OIT) publicó el informe (policy brief) "El Niño 2026-2027 y el mundo del trabajo en América Latina y el Caribe: una cadena causal del clima al empleo y las instituciones laborales". El documento ofrece un marco importante para comprender por qué las consecuencias de El Niño no deben interpretarse simplemente como fenómenos meteorológicos o ambientales, sino como amenazas sistémicas que pueden afectar*

el equilibrio y la sostenibilidad de los sistemas ecológicos, las actividades productivas y los mercados laborales, comprometiendo los presupuestos familiares, debilitando las instituciones laborales y disminuyendo la capacidad de los gobiernos para garantizar los derechos básicos de los trabajadores en la región. El mensaje principal del informe es que El Niño debe considerarse un multiplicador de riesgos, capaz de profundizar y crear asociaciones sinérgicas entre diferentes crisis en curso —sociales, políticas, económicas, climáticas etc.— cuyos efectos no se distribuirán uniformemente entre países, territorios, sectores productivos o grupos de población. Por el contrario: sus impactos estarán determinados por la relación entre las injusticias climáticas, económicas y sociales existentes, afectando de manera desproporcionada a los grupos más vulnerables de la población. Los trabajadores informales, rurales y aquellos que realizan sus actividades al aire libre probablemente se encuentren entre los más afectados, mientras que la agricultura, la pesca, la energía, la construcción, el transporte, la logística y el turismo son sectores particularmente sensibles. El marco analítico propuesto por la OIT nos permite comprender que el fenómeno de El Niño, previsto para 2026-2027, tiene un enorme potencial para profundizar los contextos de extrema vulnerabilidad que experimentan diferentes grupos de la población latinoamericana y caribeña, quienes a menudo son los que históricamente han quedado al margen de los proyectos de desarrollo socioeconómico en nuestra región. Y que, desde esta perspectiva, representa una oportunidad para fortalecer la arquitectura institucional que conecta las políticas climáticas, la promoción del trabajo decente, la salud de los trabajadores, la protección social, el diálogo social y, finalmente, el desarrollo territorial.

Palabras clave: *El Niño; Trabajo decente; Cambio climático; América Latina y el Caribe; Mundo del trabajo.*

Abstract: *On July 27, the International Labor Organization (ILO) released a policy brief entitled "El Niño 2026–2027 and the world of work in Latin America and the Caribbean: a causal chain from climate to employment and labor institutions". The document establishes an essential foundation for comprehending why the repercussions of El Niño need not to be regarded solely as meteorological or environmental occurrences, but instead as systemic hazards. These threats can disrupt the equilibrium and viability of natural systems, productive endeavors, and labor markets, consequently jeopardizing household finances, eroding labor organizations, and impairing governments' ability to uphold fundamental rights for workers in the area. The principal takeaway from the report is that El Niño functions as a risk amplifier, intensifying and establishing interconnected relationships among diverse concurrent crises—social, political, economic, climatic etc.—with repercussions that will not be uniformly felt across nations, regions, industries, or demographic segments. Conversely, its effects will be influenced by the interaction of prevailing climate, economic, and social inequities, disproportionately impacting the most at-risk groups within society. Individuals engaged in informal and rural occupations, along with those employed outdoors, are expected to be significantly impacted, whereas agriculture, fisheries, energy, construction, transport, logistics, and tourism are notably vulnerable industries. The analytical framework suggested by the ILO indicates that the anticipated El Niño event in 2026–2027 could considerably intensify the severe vulnerability experienced by numerous historically marginalized groups within the Latin American and Caribbean populace. From this viewpoint, it signifies a chance to enhance the institutional framework connecting climate policies, the advancement of quality employment, and occupational health with social protection, social discourse, and, ultimately, regional development.*

Keywords: *El Niño; Decent Work; Climate Change; Latin America and the Caribbean; World of Work.*

Introdução

As recentes projeções sobre a possibilidade de ocorrência de um evento El Niño de grande magnitude, a partir do final de 2026, início de 2027, revelam um cenário de grande preocupação, do ponto de vista climático e socioeconômico, para o mundo do trabalho na região da América Latina e o Caribe (ALC). Particularmente considerando que a região passa por um momento complexo, marcado por incertezas geopolíticas, fragilidades estruturais no mercado de trabalho, persistência de elevados níveis de informalidade, enfraquecimento das redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores, restrições de investimentos, projetos econômicos orientados pela austeridade fiscal, pressões sobre os preços dos alimentos e energia e uma crescente vulnerabilização de diferentes grupos da população frente a riscos relacionados ao clima.

Considerando a complexidade deste cenário, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou, em 27 de julho último, o relatório (*policy brief*) **El Niño 2026–2027 e o mundo do trabalho na América Latina e no Caribe: uma cadeia causal do clima ao emprego e para as instituições trabalhistas**. O documento, de autoria do Diretor Regional Adjunto da OIT para a América Latina e o Caribe, Fabio Bertranou, oferece uma estrutura importante para entender por que as consequências do El Niño não devem ser interpretadas apenas como fenômenos meteorológicos ou ambientais. Em vez disso, devem ser vistas como ameaças sistêmicas que podem gerar consequências importantes para o equilíbrio e a sustentabilidade dos sistemas ecológicos, atividades produtivas, mercados de trabalho, orçamentos familiares, instituições trabalhistas e capacidades de governos em garantir direitos básicos às trabalhadoras e trabalhadores da região.

A principal mensagem destacada no relatório é que o El Niño precisa ser compreendido como um elemento multiplicador de riscos, capaz de aprofundar e criar associações sinérgicas entre distintas crises em curso — social, política, econômica, climática etc. —, cujos efeitos não serão distribuídos uniformemente entre países, territórios, setores produtivos ou grupos da população. pelo contrário: seus impactos serão determinados pela relação entre as injustiças climáticas, econômicas e sociais já existentes, afetando de maneira desproporcional os grupos mais vulnerabilizados da população. Trabalhadores em empregos informais, rurais e que desenvolvem suas atividades ao ar livre, provavelmente, estarão entre os mais afetados, enquanto a agricultura, a pesca, a energia, a construção, o transporte, a logística e o turismo são setores particularmente sensíveis.

Importante destacar, a partir das evidências trazidas no relatório, que os impactos podem ir muito além dos empregos convencionalmente classificados como sensíveis ao clima (tema já abordado aqui nos Cadernos anteriormente), já que as consequências de um fenômeno El Niño de grandes proporções sobre os sistemas hídricos, energéticos, de infraestrutura, alimentares e de saúde pública podem criar efeitos em cascata por toda a economia regional — afetando direta e indiretamente o mundo do trabalho na América Latina e o Caribe. Sob esta perspectiva, os eventos climáticos associados ao fenômeno estariam vinculados, em maior ou menor grau, ao equilíbrio dos sistemas ecológicos e ambientais, à atividade produtiva, aos preços dos alimentos e da energia, à saúde pública, ao emprego, à renda, à segurança e saúde

no trabalho, à reprodução social e às capacidades das instituições trabalhistas em responderem, de forma resiliente e ativa, aos impactos sistêmicos projetados. Um cenário que, segundo a OIT, reforça a oportunidade de promover e expandir o conceito de transição justa para a garantia do trabalho decente, em uma perspectiva que não leve em consideração apenas os processos de redução de emissões de gases de efeito estufa nos contextos produtivos (mitigação como força motriz para a transição justa), mas também a adaptação às mudanças climáticas e a proteção contra eventos climáticos extremos.

O El Niño 2026-2027 em um Contexto de Fragilização do Trabalho e Emprego na América Latina e o Caribe

A Organização Meteorológica Mundial previu, em junho de 2026, uma probabilidade de 80% de desenvolvimento do El Niño entre julho e agosto de 2026, com uma probabilidade próxima de 90% de que ele persista até o final de 2026. As estimativas do CIIFEN/IRI, trazidas no relatório OIT, sugerem uma probabilidade próxima de 100% de condições relacionadas ao fenômeno se iniciando já no período de agosto a outubro de 2026, devendo se estender até o início de 2027 — com pico previsto para o período de outubro a dezembro de 2026. Algumas evidências como as tormentas no sul do Brasil e no norte do Uruguai, bem como as formações de tempestades e ciclones tropicais na costa do Atlântico Sul, vêm sendo vinculadas ao possível início do ciclo de El Niño intenso, e não como eventos meteorológicos isolados.

Conforme detalhado na edição 13 dos Cadernos, a região da América Latina e Caribe vive um momento de grandes incertezas no que se refere ao trabalho e ao emprego, transitando entre os resultados de programas e políticas adotados para promover a recuperação econômica e a empregabilidade e a recente à ascensão de governos conservadores — historicamente vinculados à flexibilização de normas e redes de proteção social do trabalho — em diferentes países latino-americanos e caribenhos. Ou seja: o El Niño previsto para 2026-2027 — e cujas evidências reforçam a ideia que já se encontra em curso — deverá ocorrer (ou já ocorre) em um contexto internacional e regional de grandes incertezas e notadas fragilidades.

Compreender este contexto é importante para dimensionar os potenciais impactos do fenômeno sobre o mercado de trabalho. A América Latina e o Caribe iniciam o evento com mais da metade de sua força de trabalho em empregos informais, frequentemente sem cobertura de seguro-desemprego, seguro saúde contributivo ou previdência, entre outros direitos trabalhistas e fundamentais aos quais milhões de trabalhadoras e trabalhadores da região não têm acesso. A consideração do elevado contexto de informalidade é particularmente crítica para a contabilização dos possíveis efeitos do El Niño sobre o mundo do trabalho regional, visto que muitos trabalhadores informais se concentram nas atividades mais diretamente afetadas pela variabilidade climática: agricultura sazonal, pesca artesanal, construção civil, entregadores com atividades mediadas por aplicativos e comércio ambulante. Ou seja: se insere em um contexto onde o mesmo evento climático pode ter repercussões bastante diferentes, dependendo se o trabalhador tem acesso à proteção social, medidas de saúde e segurança ocupacional, licença remunerada, seguro-desemprego, representação coletiva e contratos de trabalho formais.

Sobre a questão, o relatório da OIT é enfático: os efeitos do El Niño sobre o mercado de trabalho não são predeterminados pela intensidade do evento climático; eles são determinados por arranjos sistêmicos que passam pela garantia de direitos sociais, enfrentamento das desigualdades e pela capacidade das instituições e organizações trabalhistas atuarem para a promoção do trabalho decente. Países e territórios com estruturas trabalhistas mais

consolidadas e funcionais, maior proteção social, melhores sistemas de alerta precoce e maior capacidade de prever riscos climáticos estão mais aptos a absorver, se antecipar e mitigar os impactos causados pelo El Niño. Por outro lado, em locais onde a proteção social é insuficiente e as instituições têm comprometidas suas capacidades de resiliência, as mudanças climáticas têm maior probabilidade de resultar no aumento do desemprego, perda de renda, aumento das condições de informalidade, maiores riscos ocupacionais e geração de problemas subjacentes, como o aumento da insegurança alimentar e da pobreza.

Uma das contribuições do relatório às políticas e programas para o enfrentamento dos impactos do El Niño 2026-2027 sobre o mundo do trabalho na América Latina e Caribe é a chave de análise multinível que propõe. Segundo o modelo, o problema deve ser enfrentado a partir de estratégias organizadas em dois níveis, indissociáveis. Um primeiro nível que inclui os chamados impactos ambientais diretos — como as variações nas chuvas e suas consequências relacionadas ao abastecimento de água e aos serviços ecossistêmicos, entre outros —, e um segundo nível, que inclui os chamados efeitos socioeconômicos e trabalhistas indiretos, que se manifestam no comprometimento à segurança alimentar, impactos sobre a saúde pública, vulnerabilização de territórios frente a um aumento do risco de desastres, impactos sobre diferentes setores produtivos, aumento de preços, ameaças ao emprego e comprometimento da renda familiar, entre outros.

Figura 1: Representação esquemática do modelo multinível descrito pela OIT no relatório



Fonte: Figura gerada por ChatGPT a partir de prompt e textos fornecidos e confirmados pelo autor, com base no relatório da OIT.

A importância dessa abordagem reside no fato de que ela não se limita a uma compreensão excessivamente restrita dos impactos climáticos sobre a saúde humana, direta ou indiretamente, mas sim como um fenômeno sistêmico, interconectado, cujas consequências são produzidas em "efeito cascata". Um exemplo: o El Niño pode afetar os trabalhadores, mesmo que não estejam diretamente expostos à seca, inundações ou calor. Um trabalhador da indústria pode enfrentar racionamento de eletricidade e sofrer as consequências de custos de produção mais altos devido à geração hidrelétrica limitada, causada pela redução da vazão dos rios em contextos de estiagens atípicas. Inundações, por outro lado, danificam estradas, portos e trabalhadores do setor de transportes, impactando o custo de vida pela forte pressão inflacionária. Que, por sua vez, atinge de forma desproporcional os trabalhadores urbanos de baixa renda, que vêm uma queda na renda real diretamente relacionada aos aumentos nos custos de alimentação e energia doméstica.

Se as mudanças climáticas impactam os sistemas produtivos, as perturbações produtivas que decorrem dos eventos climáticos extremos e de grandes proporções, como o El Niño, impactam as empresas e o emprego, gerando, por sua vez, perturbações no mercado de trabalho, que impactam diretamente a renda e limitam os padrões de consumo das famílias. E

quando este “efeito cascata” atinge os grupos mais vulnerabilizados da população, frequentemente amplificam problemas sociais como o aumento da insegurança alimentar, condições para a exploração do trabalho infantil e a desigualdade na distribuição dos cuidados, com forte viés de gênero. Sobre as persistentes iniquidades observadas no mundo do trabalho na América Latina e o Caribe, recomenda-se a leitura do Relatório Tendências do Mercado de Trabalho na América Latina e no Caribe, da OIT, apresentado e discutido na edição 13 dos Cadernos.

O El Niño 2026-2027 e o Contexto de Reprimarização da Economia na América Latina e Caribe

Desde o início dos anos 1990, quando a região da América Latina e Caribe ainda viviam processos de redemocratização de suas nações, pós-período de grande incidência de governos de exceção, instituídos à força a partir de golpes militares coordenados em diversos países da região, as economias latino-americanas e caribenhas vêm adotando, como modelo orientador para o desenvolvimento econômico, projetos de inspiração neoliberal caracterizados pela diminuição da industrialização (e, em alguns casos, a desindustrialização) e o fortalecimento das cadeias de exportação de commodities agropecuárias e minerais. Fenômeno que promoveu uma ampla reprimarização da economia regional, que se tornou, ao longo das últimas três décadas, fortemente dependente do agronegócio exportador — justamente o setor que está no cerne da emergência climática regional, se configurando, ao mesmo tempo, principal causa e vítima prioritária das mudanças do clima na América Latina e o Caribe.

A agricultura está entre os setores mais afetados pelo El Niño, uma vez que sua produção depende diretamente dos fatores microclimáticos e da disponibilidade de água. Mudanças nos padrões de pluviosidade regional, frequentemente associadas ao fenômeno El Niño, podem reduzir a quantidade de água disponível para irrigação e para as pastagens (criação de gado), enquanto episódios de chuvas extremas e inundações podem degradar o solo, poluir os recursos hídricos e destruir infraestruturas. O relatório da OIT ressalta que perdas produtivas podem ocorrer mesmo quando não há a destruição das plantações ou dos ativos econômicos; a escassez de água em momentos cruciais da safra, como o plantio, a floração ou a colheita, pode ser suficiente para gerar impactos ampliados que interferem na produção/produtividade e, seguindo a lógica do “efeito cascata”, tendem a diminuir o emprego no campo, com pressão migratória em direção à periferias dos grandes centros urbanos.

As consequências para o mercado de trabalho são, particularmente, problemáticas em áreas rurais, onde o emprego na agricultura, geralmente sazonal e informal, é o padrão mais comumente observado. Uma queda na produção agrícola por interferência climática tende a promover mudanças imediatas nos dias de trabalho disponíveis para os trabalhadores vinculados à sazonalidade agrícola, provocando diminuição da renda familiar e maior probabilidade de migração — um contexto migratório que já vem sendo denominado como “migração climática”. No Corredor Seco da América Central — região que há quase duas décadas enfrenta as consequências de uma seca persistente e de grandes dimensões —, por exemplo, prevê-se que secas prolongadas, escassez de água e ondas de calor associadas ao fenômeno El Niño 2026-2027, por exemplo, afetem um importante contingente de trabalhadores agrícolas que trabalham nas culturas de milho, feijão, trigo, café e cana-de-açúcar. O documento da OIT destaca Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua, além de Haiti e Jamaica, na região do Caribe, como alguns dos países mais vulneráveis aos efeitos do El Niño, que se inicia neste segundo semestre de 2026.

O norte da América do Sul e, particularmente, o nordeste do Brasil, apresentam, segundo o documento, um cenário um pouco diferente do previsto para o Corredor Seco Centro-americano, porém igualmente relacionado a períodos importantes de seca e calor intenso, levando à escassez de água e promovendo condições para uma maior incidência de incêndios florestais. A pecuária, a silvicultura, o agronegócio e a geração de energia hidrelétrica — cadeias produtivas de importante expressão no norte da América do Sul — são particularmente vulneráveis. Os impactos potenciais, seguindo a lógica multinível de "efeito cascata", incluem desemprego rural (sobretudo em cultivos temporários e/ou que demandam mão de obra sazonal), pressões inflacionárias, redução dos salários reais e aumento da insegurança alimentar — além do aumento do risco de condições extremas no trabalho, como o calor e a exposição a contaminantes ambientais associados a grandes incêndios.

Para além da agricultura e da pecuária, as implicações do El Niño são de especial importância para setores extrativistas, como a pesca, uma vez que as variações na temperatura e nas correntes oceânicas podem alterar a disponibilidade e a distribuição de espécies de peixes e frutos do mar comercialmente significativas. Segundo o documento da OIT, a pesca é um importante setor de transmissão dentro da economia latino-americana e caribenha, contemplando tanto a pesca artesanal, de pequena escala, quanto a industrial. Países como o Chile, o Peru e o Equador, importantes pólos da pesca industrial, enfrentam a ameaça do aquecimento dos mares costeiros, chuvas intensas, inundações, deslizamentos de terra e enchentes repentinas, enquanto a costa do Atlântico Sul já sobre impactos relacionados à presença de tempestades e ciclones extratropicais — cada vez mais frequentes e de maior intensidade.

Além dos impactos diretos sentidos pelos diferentes grupos de pescadores, nas distintas regiões pesqueiras da América Latina e o Caribe, as potenciais implicações para o mercado de trabalho são extensas e expressas em multinível. O processamento, o transporte, a comercialização e os serviços locais relacionados à atividade pesqueira também se vêm afetados, com impactos em cascata, registrados em todas as economias costeiras. Segundo dados compilados no relatório da OIT, somente no Peru, as previsões estimam que entre 40.000 e 78.000 empregos na pesca podem ser perdidos, em comparação com 2025, dependendo da intensidade do El Niño 2026-2027.

Outra consequência, que se posiciona entre as mais significativas entre aquelas previstas para o El Niño 2026-2027, com impactos diretos sobre o mundo do trabalho, é o aumento da exposição ao calor nos ambientes de trabalho, seja no campo ou nas cidades. Ondas de calor associadas ao fenômeno podem representar uma ameaça direta à saúde, segurança e produtividade dos trabalhadores, especialmente daqueles que atuam ao ar livre em setores como agricultura, construção civil, pesca, gestão de resíduos e combate a incêndios. Trabalhadores informais encontram-se particularmente vulnerabilizados, pois geralmente não têm acesso a intervalos de descanso regulamentados, água potável, instalações para resfriamento e monitoramento regular das condições ambientais de trabalho.

Conforme discutido aqui, na edição 12 dos Cadernos, o calor extremo causa exaustão física e mental, aumenta a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho, agrava doenças crônicas e provoca aumento na incidência de mortes prematuras. A sobrecarga térmica (ou estresse térmico) pode ser particularmente severa quando combinada com umidade excessiva, como observado nas costas (do Pacífico) do Equador e do Peru.

Considerando que os sistemas tradicionais de promoção da saúde e segurança no trabalho são, frequentemente, orientados para a prevenção de riscos e mitigação de danos estáveis nos ambientes laborais, não incorporando variáveis ambientais que mudam rapidamente, e cada vez mais sem padrões definidos, torna-se imperativo pensar a saúde do trabalhador em um contexto de adaptação climática, tornando-se capaz de responder de forma dinâmica às mudanças do clima e dos padrões ambientais.

Diversidade Territorial, Históricas Desigualdades e Impactos Desproporcionais sobre os Grupos Mais Vulnerabilizados

Os impactos sobre a saúde do trabalhador, associados ao calor extremo, porém, vão muito além do estresse térmico. Condições climáticas associadas ao El Niño podem alterar a distribuição de doenças infecciosas, incluindo a dengue, cujo vetor vem aumentando sua área de abrangência e registro em função do aumento de temperaturas — encontrando condições ideais de reprodução cada vez mais ao sul e em maiores altitudes. Já as inundações, associadas a alterações nos padrões de pluviosidade, que impactam os sistemas de abastecimento de água e saneamento, podem aumentar os riscos de doenças transmitidas pela água e por alimentos.

Em razão da enorme diversidade territorial que marca a América Latina e o Caribe, é possível afirmar, em consonância com o destaca a OIT em seu relatório, que não há um único impacto do El Niño. Há, em verdade, uma variedade de combinações entre alterações nos padrões climáticos, setores da economia vulneráveis, grupos e indivíduos historicamente vulnerabilizados e enorme heterogeneidade de capacidades institucionais para o enfrentamento de suas consequências, em cada território, em cada setor. O documento destaca esta diversidade a partir dos dados compilados e organizados em tabela, que aqui são reproduzidos textualmente, organizados por sub-região ou território:

- **Corredor Seco da América Central e o Caribe:** Espera-se a manutenção ou agravamento das condições de secas prolongadas, escassez de água, ondas de calor. Entre os setores mais afetados, estão a agricultura (milho, feijão, trigo, café, cana-de-açúcar), pesca e o turismo. Países como Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Haiti e Jamaica estão em situação de maior vulnerabilidade, com potencial de perda de renda rural, migração forçada de mão de obra e aumento da informalidade. Há elevado risco de estresse térmico severo para trabalhadores que atuam ao ar livre, situação agravada por regulamentações limitadas sobre limites de temperatura para o trabalho.
- **Norte da América do Sul e Nordeste do Brasil:** Espera-se a intensificação dos padrões de seca, calor extremo, escassez de água, com risco de incêndios florestais. Entre os setores mais afetados, estão a pecuária, silvicultura, agronegócio e geração de energia hidrelétrica. Países como a Venezuela, Colômbia (regiões do Caribe e dos Andes) e a região Nordeste do Brasil encontram-se em maior situação de vulnerabilidade para o desemprego rural, pressão inflacionária e queda dos salários reais. Temperaturas extremas durante o trabalho de campo e o combate a incêndios colocam no limite os protocolos de saúde e segurança do trabalho (SST) relacionados ao calor.
- **Costa do Pacífico Sul (particularmente, Equador e Peru):** Previsão de chuvas extremas, inundações, aquecimento das águas costeiras, aumento na frequência de deslizamentos de terra e enchentes repentinas. Impactos mais sentidos na pesca, agricultura costeira, infraestrutura e construção civil (Peru e Equador), com potencial de destruição de boa parte da infraestrutura produtiva, colapso da indústria pesqueira e perda de bens dos

trabalhadores. A perda de renda familiar pode aumentar o risco socioambiental, incuindo o trabalho infantil e o agravamento das iniquidades de gênero em comunidades vulneráveis. O calor combinado com umidade extrema eleva o índice de estresse térmico, colocando pressão sobre os protocolos de saúde e segurança do trabalho relacionados ao calor (que, em grande parte, restringem-se ao setor formal).

- **Sudeste da América do Sul:** Prevê-se precipitação acima da média, inundações, tempestades severas. Entre os setores mais afetados, estão a agricultura, logística, transporte, obras públicas. Entre as áreas mais afetadas, estão o Sul do Brasil, Paraguai, Uruguai, norte e nordeste da Argentina. Perdas na produção agrícola devido a inundações e danos à infraestrutura de transporte são previstos. Embora exista maior capacidade de proteção fiscal e social, sabe-se que o cumprimento das normas é irregular, sobretudo no setor informal.
- **México e América Central (Pacífico):** Expectativa de déficit de chuvas e aumento da atividade ciclônica no Pacífico. Entre os setores mais afetados estão a agricultura sazonal, turismo costeiro, pesca e indústria de "maquiladoras" (indústrias que realizam a manufatura parcial, encaixe ou empacotamento de um bem sem que sejam as fabricantes originais, geralmente para se beneficiar de vantagens tributárias ou alfandegárias, como aquelas localizadas na fronteira entre o México e os EUA). Entre as áreas mais afetadas, estão o México (sul e sudeste), Costa Rica e Panamá. A perda de culturas de subsistência tende a conferir maior vulnerabilidade junto a grupos de trabalhadores informais, sobretudo em áreas costeiras. Mesmo reconhecendo que o México dispõe de mecanismos de proteção social, sua cobertura em áreas rurais é insuficiente (regulamentação limitada sobre limites de temperatura para o setor agrícola).

As diferenças acima destacadas demandam políticas trabalhistas específicas para cada território, ajustadas para cada contexto climático e que consideram as realidades socioambientais e as capacidades ali instaladas. Nessa perspectiva, um plano de resposta à seca desenvolvido para a América Central rural, por exemplo, não pode simplesmente ser copiado para as comunidades pesqueiras do Peru ou para os municípios sujeitos a inundações do sul do Brasil. A adaptação deve, portanto, relacionar o conhecimento climático à estrutura produtiva específica, à composição do mercado de trabalho e às capacidades institucionais instaladas de cada território.

Considerações finais

A principal lição destacada no relatório da OIT é que a resiliência institucional ante os possíveis efeitos de um El Niño severo, esperado para o segundo semestre de 2026, primeiro de 2027, depende da capacidade das instituições públicas de antecipar, em vez de simplesmente reagir, aos efeitos das alterações nos padrões climáticos que acompanham o fenômeno. A experiência acumulada em episódios anteriores do El Niño — com diferentes graus de intensidade — mostra que a preparação preventiva pode reduzir substancialmente as perdas sociais e econômicas, com consequentes impactos sobre o mundo do trabalho.

Tais lições podem ser organizadas, segundo a OIT, considerando três momentos distintos. No curto prazo, os governos e as instituições trabalhistas devem estar preparados para implementar rapidamente transferências emergenciais de renda, programas de emprego temporário, promoção da segurança alimentar e apoio emergencial para trabalhadores

informais afetados. Sistemas adaptativos de proteção social também podem ser vinculados a cadastros sociais e a informações sobre riscos climáticos, para que o apoio possa ser ampliado automaticamente em contextos de eventos climáticos extremos.

No médio prazo, os governos, em estreita articulação com atores da sociedade civil organizada, devem investir em projetos macroestruturais, como os de irrigação, proteção contra inundações, diversificação de culturas, seguro agrícola indexado ao clima, requalificação profissional e diversificação dos sistemas energéticos. Esses investimentos podem proteger empregos e produção simultaneamente, diminuindo os impactos potenciais sobre o agravamento das iniquidades e das injustiças sociais que acompanham, ao longo da história, o desenvolvimento econômico e social da América Latina e o Caribe.

E no longo prazo, os países precisam fortalecer as estruturas institucionais para proteção contra o desemprego, cobertura de proteção social para trabalhadores (sobretudo os trabalhadores informais e rurais), fortalecimento da capacidade de resiliência a desastres e promoção de estratégias para a adaptação climática. A vigilância em saúde do trabalhador, o fortalecimento da capacidade de negociação coletiva, os programas governamentais para a promoção do emprego e as organizações de trabalhadores e empregadores têm um papel estratégico a desempenhar na antecipação e gestão de variações/flutuações no mercado de trabalho relacionadas às mudanças do clima.

O El Niño 2026-2027 reforça a necessidade de compreender a saúde do trabalhador como componente essencial da saúde pública, indissociável de qualquer ação visando a adaptação climática e a proteção social. Esta perspectiva é particularmente crucial para a América Latina e o Caribe, região onde as mudanças climáticas estão remodelando os sistemas produtivos e, ao mesmo tempo, sendo fortemente impactadas pelas consequências de um clima em constante transformação.

Investir em infraestrutura resiliente, gestão hídrica, restauração de ecossistemas, energias renováveis e sistemas de alerta precoce pode não apenas gerar empregos, mas também salvar vidas e contribuir para a manutenção das economias locais, considerando as realidades de cada território. Esta perspectiva, também, modifica a definição de “resiliência”. Resiliência, a partir deste entendimento, não deve ser compreendida apenas como a capacidade de retomar a produção após uma tragédia ou evento climático extremos; deve significar a capacidade de trabalhadores, lares, empresas e comunidades de absorver, adaptar-se e transformar-se em resposta aos impactos climáticos sem perpetuar a pobreza, a desigualdade e os empregos precários.

O El Niño de 2026-2027 é, portanto, muito mais do que apenas um fenômeno climático passageiro, sazonal. Mas sim um fenômeno sistêmico, que pode interferir com as dinâmicas de recursos naturais (hídricos, ecossistemas), produtivos (agricultura, pesca), de energia, de infraestrutura e sociais (sistemas alimentares, saúde pública), afetando, em última análise, o emprego, os salários, as condições de trabalho e os meios de subsistência de indivíduos e grupos da população. A estrutura analítica proposta pela OIT permite compreender que a perturbação climática prevista tem enorme potencial de afetar as dinâmicas ecossistêmicas que, por sua vez, afetam a atividade produtiva que, por sua vez, afeta preços e a atividade econômica que, por sua vez, impactam o emprego e a renda, conferindo alto grau de vulnerabilidade a diferentes grupos da população latino-americana e caribenha que, não raro, são aqueles historicamente deixados à margem dos projetos de desenvolvimento socioeconômico em nossa região.

Sob essa ótica, preparar-se para o El Niño de 2026–2027 não é apenas um exercício de gestão de crises, ou estratégia de adaptação climática. É uma oportunidade para fortalecer a arquitetura institucional que conecta políticas climática, de promoção do trabalho decente, de saúde do trabalhador, para a proteção social, o diálogo social e, por fim, o desenvolvimento territorial. A capacidade de criar tais vínculos poderá determinar se o El Niño reforçará (aprofundará) as desigualdades já existentes ou se atuará como um elemento promotor de condições que levem a um mundo do trabalho mais resiliente, equitativo e adaptado ao clima na América Latina e o Caribe.